



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

<b>Processo nº</b>	10830.013969/2010-10
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1002-000.323 – Turma Extraordinária / 2ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	07 de agosto de 2018
<b>Matéria</b>	SIMPLES - EXCLUSÃO
<b>Recorrente</b>	TONY PARKING EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTO - SIMPLES**

Ano-calendário: 2010

EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL.  
CONSTATAÇÃO DE DÉBITO COM EXIGIBILIDADE NÃO SUSPENSA. VALIDADE.

A existência de débito com o Instituto Nacional do Seguro Social INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, é circunstância impeditiva para a permanência no Simples Nacional.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e Voto que integram o presente julgado.

*(assinado digitalmente)*

Aílton Neves da Silva - Presidente e Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Aílton Neves da Silva (Presidente), Breno do Carmo Moreira Vieira, Leonam Rocha de Medeiros e Ângelo Abrantes Nunes.

## Relatório

Contra o contribuinte supra foi expedido Ato Declaratório Executivo – ADE nº. 440576 (e.fl. 07) determinando sua exclusão do Simples Nacional por existência de débito com exigibilidade não suspensa em face da Fazenda Pública Federal, com fixação dos efeitos da exclusão a partir de 01/01/2011.

O contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade contra o ADE nº. 440576 (e-fl. 2), alegando pagamento dos débitos que deram azo a sua exclusão, a qual foi indeferida pela DRJ/SP 1, conforme acórdão n. 1655.495, de 19 de fevereiro de 2014 (e-fl. 41), que recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Ano-calendário: 2011

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL. SITUAÇÃO IMPEDIENTE. REGULARIZAÇÃO. PRAZO.

É causa obstativa à permanência do Contribuinte no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional) a existência de débito com exigibilidade não suspensa em face da Fazenda Pública Federal. No particular, se o caso, ainda tem o Interessado, até se esgotar o prazo para apresentação de sua manifestação de inconformidade, a oportunidade de regularizar referida situação. Persistente essa última, mantém-se a exclusão do regime simplificado e privilegiado.

Irresignado, o Recorrente apresenta Recurso Voluntário de e-fl. 42 (impropriamente denominado de manifestação de inconformidade) pugnando pela reforma do Acórdão exarado pela instância *a quo*, mediante os seguintes argumentos (*in verbis*):

### I - OS FATOS

*Em conformidade com o COMUNICADO SEORT N° 333/2014 entende-se que a fazenda nacional compreendeu que tinha um débito no valor de R\$27.319,32 referente ao período de apuração o mês de abril de 2008 em aberto, mas este débito se encontra quitado conforme guia anexada, e na época foi pago indevidamente as guias de PIS e Cofins, pois até o data não tínhamos a resposta da Receita federal, se íamos ou não retornar ao simples nacional, e com toda indecisão então foi recolhido os imposto referente a Lucro Presumido dentro de um único mês, e os demais débitos referente ao Simples Nacional que constam na Secretaria da Receita Federal, informamos que os referidos débitos foram parcelados e estão sendo r.i.j.is religiosamente todo mês.*

### II - O DIREITO

#### II. 1 - PRELIMINAR

*Em virtude da Empresa TONY PARKING EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ter sido excluída do Simples Nacional indevidamente pelo município de Campinas/SP e pelo Estado de São Paulo, ter conseguido retornar ao Regime*

*do Simples Nacional conforme pesquisa feita na época (anexada), e reconhecer seus débitos em tempo hábil nos termos da Resolução CGSN nº 50, de 22/12/2008. II. 2 - MÉRITO*  
*Uma vez quitado seu débito em tempo hábil e provado aos órgãos competentes que eles estavam equivocados com a decisão da exclusão e seguindo as normas da Secretaria da Receita Federal, fica o contribuinte apto a se manter no regime do Simples Nacional, levando em conta que a empresa desde sua existência sempre muito pontual com todos os impostos, e nunca deixou em aberto nenhum imposto, a não ser nesta época que houve toda esta confusão por parte dos órgãos - Municipal e Estadual.*

É o Relato do necessário.

## Voto

Conselheiro Aílton Neves da Silva, Relator

O recurso é tempestivo, eis que o Comunicado Seort para ciência ao contribuinte do ADE nº. 440576 foi expedido em 07/03/2014 (e.fl. 40) e o Recurso Voluntário apresentado em 07/04/14, atendendo também aos demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

De acordo com o ADE de exclusão do Simples, o Recorrente foi excluído deste regime especial com efeitos a partir de 01/01/2011, por existência de débitos com exigibilidade não suspensa.

Na sua defesa, em síntese, o Recorrente alega sua regularidade fiscal perante a RFB, fundado no fato de que referidos débitos teriam sido quitados em tempo hábil, anexando as guias relativas ao suposto pagamento.

Para melhor entendimento da matéria, reproduzo a base legal em que se enquadra a exclusão do contribuinte do Simples relativa à controvérsia em debate (grifos nossos):

### **Lei Complementar nº 123/2006**

*Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:*

*I -(...)*

*(...)*

*V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;*

*VI -(...)*

*Art. 31. A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:*

*I - (...)*

*(...)*

*IV - na hipótese do inciso V do caput do art. 17 desta Lei Complementar, a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência da comunicação da exclusão;*

Compulsando-se os autos, constato que os débitos com exigibilidade não suspensa que motivaram a exclusão do Recorrente do Simples apresentavam a seguinte composição (e-fls. 05):

Período de Apuração 04/2008	Valor Originário* R\$ 27.319,32	Período de Apuração 10/2008	Valor Originário* R\$ 31.495,31
--------------------------------	------------------------------------	--------------------------------	------------------------------------

+

Não assiste razão ao Recorrente quanto à alegação de que os débitos que deram causa a sua exclusão teriam sido pagos em tempo hábil.

Em primeiro lugar os DARF de recolhimento de e.fl. 09 e 10, a que se refere o Recorrente, não apresentam recolhimentos a título do Simples Nacional, mas apresentam códigos de receita 2172 e 8109, relativos, respectivamente, a recolhimentos de COFINS e de PIS.

De outra parte, o recolhimento de R\$ 27.319,32 relativo à competência 04/2008 foi efetuado em 28.09.2011, após o prazo fixado no art. 3º do ADE nº. 440576 (30 dias da ciência do referido ADE).

Assim, não vejo incorreção no Acórdão exarado pela instância *a quo*, estando ele perfeitamente alinhado com os dispositivos legais regentes da matéria, conforme indicado no excerto abaixo:

*Concretamente, então, teve o Contribuinte, a partir de 17/09/2010 (fl. 12), 30 (trinta) dias para vir aos autos e provar a regularização dos débitos referidos no questionado ADE (ou mesmo, a sua total inexistência, desde sempre). Tal não sucedeu nos correntes autos.*

*De fato, consulta ao Sistema de Vedações e Exclusões do SIMPLES SIVEX (documento juntado), sobre dizer dos débitos causa à expedição do impugnado ADE, assim atestada "após prazo para regularização" (refere-se ao prazo posto no citado art. 31, § 2º, da LC nº 123, de 2006), revela que um deles, no curso e até o fim daquele prazo, subsistiu como antes, isto é, na condição de ter sua exigibilidade não suspensa. Tratou-se o débito de Simples Nacional, competência 04/2008, no importe de R\$ 27.319,32, exatamente como referido pelo Interessado em sua impugnação: "Entendeu a fazenda nacional que o requerente lhe era devedor do valor de R\$ 27.319,32, correspondentes ao*

*imposto simples, tendo como período de apuração o mês de abril de 2008". Alegava, o Interessado, pagamento. Ocorre que as cópias de DARF que se juntam, para efeito de pretensa prova de quitação do débito em causa, dizem respeito à pagamentos autônomos/destacados de Contribuição ao PIS e à Cofins (fls. 09/10), e não de Simples Nacional.*

Considerando que os DARFs juntados ao processo pelo Recorrente não se referem a recolhimentos do Simples Nacional e que o pagamento de R\$ 27.319,32 relativo à competência 04/2008 foi recolhido após o prazo fixado no art. 3º do ADE nº. 440576, conclui-se que foi correta a exclusão do contribuinte do Simples Nacional, por apresentar débitos com exigibilidade não suspensa.

Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao Recurso Voluntário, mantendo integralmente a decisão de piso.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Aílton Neves da Silva